



GUIA PARA AGENDAS LOCAIS 2030

REALIZAÇÃO



APOIO

Grupo de Trabalho da Sociedade
Civil para a Agenda 2030



Financiado pela
União Europeia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia para agendas locais 2030 [livro eletrônico] /
organização Associação Casa Fluminense ;
GT Agenda 2030. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Associação Casa Fluminense, 2021. -- (Coleção
agendas locais 2030 ; 1)
PDF

ISBN 978-65-994570-5-0

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Democracia 3. Desenvolvimento sustentável -
Aspectos econômicos 4. Economia 5. Participação do
cidadão 6. Políticas públicas 7. Territorialidade
I. Associação Casa Fluminense. II. Série.

21-69093

CDD-330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :
Economia 330.9

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

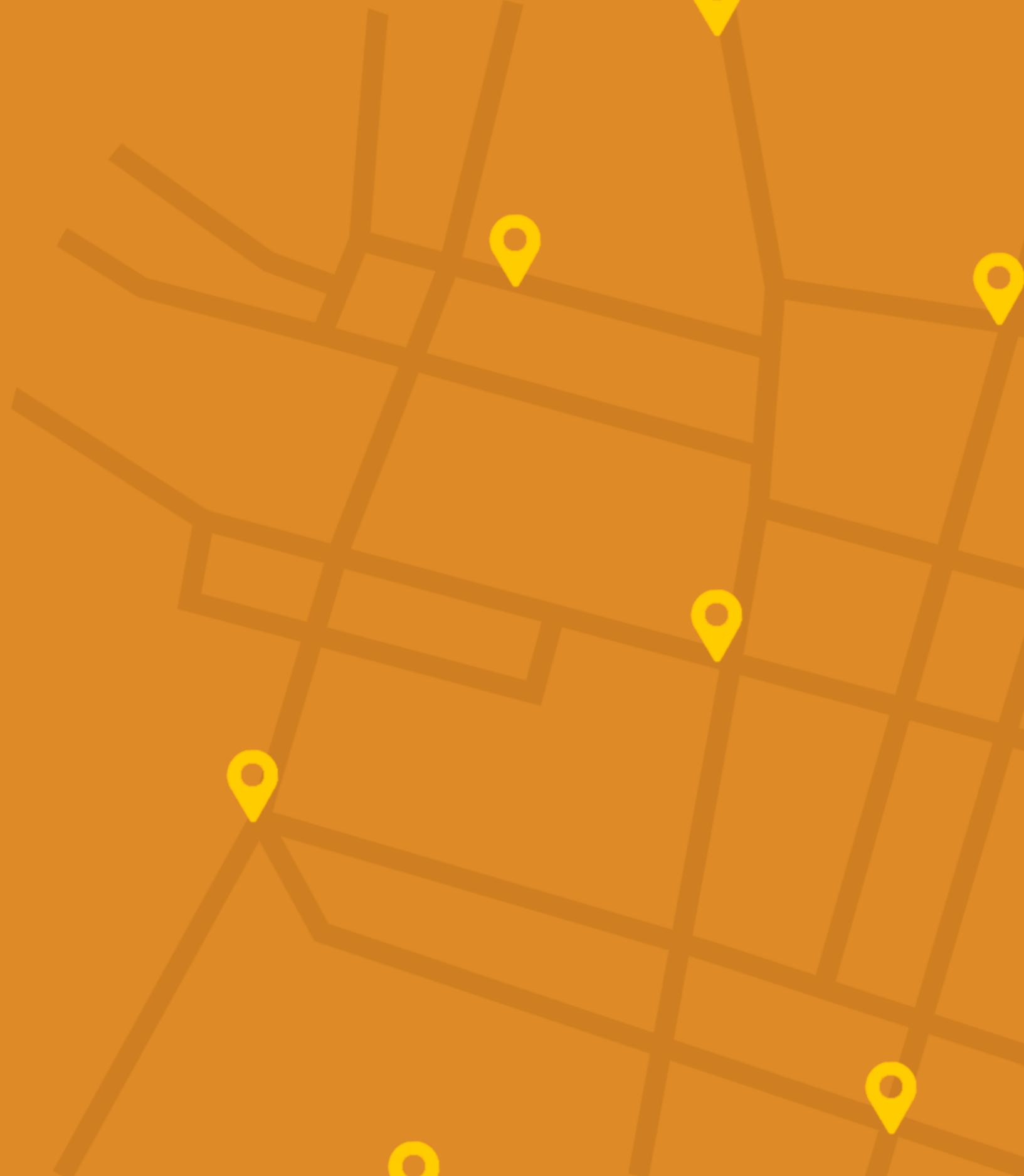
≡ GUIA PARA ≡
AGENDAS LOCAIS
2030



SUMÁRIO

1. Introdução	pág. 03
2. Metodologias	pág. 07
3. Inspirações: como e onde chegamos	pág. 25
4. Horizontes: para onde vamos?	pág. 29
5. Estratégias de incidência	pág. 32
6. Recomendações (síntese)	pág. 34
Ficha técnica e bibliografia	pág. 37

1. INTRODUÇÃO



A **Casa Fluminense** vem apoiando a construção de **Agendas Locais** com organizações que atuam nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com o projeto **Agendas Locais 2030: territorialização dos ODS em periferias metropolitanas**. Ele foi inspirado pela criação das Agendas Locais de proposição de políticas públicas estruturais e emergenciais no enfrentamento da pandemia, no trágico ano de 2020.

O intuito aqui é consolidar a metodologia empregada na confecção das publicações e apoiar a criação da rede de atores e atrizes que defendem seus territórios, observando as cinco iniciativas que já construíram suas Agendas Locais, que são: **Japeri, Maré, Queimados, Santa Cruz e São Gonçalo**. A partir dessas experiências e aprendizados, buscaremos inspirar novas publicações.

As Agendas Locais são também um desdobramento da construção da Agenda Rio 2030, desenvolvida pela Casa Fluminense em várias edições (consulte o nosso site). Cabe destacar o alinhamento com o debate global dos ODS, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, agrupados em 169 metas que devem ser atingidas pelos 193 países membros da ONU até o ano de 2030.



A chamada Agenda 2030 é uma das inspirações para a *Agenda Rio 2030* e para as Agendas Locais. Ela tem sua construção derivada dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e suas metas definidas para 2000 a 2015. Notadamente todo o trabalho de territorialização dos indicadores e das propostas se vê alinhado com a Agenda 21, também projetada durante a ECO-92, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Junto às organizações parceiras do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030), a Casa Fluminense é ponto focal do ODS 11 na *Agenda 2030* na confecção do Relatório Luz, de monitoramento dos ODS, apresentado anualmente pelo GT 2030 em diversos espaços, inclusive o High Level Political Forum, principal evento realizado na sede das Nações Unidas, para acompanhamento da Agenda 2030. Estivemos lá para apresentar os trabalhos realizados e projetar a década da ação e implementação, que se inicia em 2021. Por isso estamos aqui.

A construção do presente Guia nasce da aprovação do projeto da Casa Fluminense para o edital de fortalecimento do GT, financiado pela União Europeia, e acontece com o intuito maior de consolidar a metodologia das Agendas Locais 2030. A obtenção do recurso permitiu a consolidação e impressão dos materiais, possibilitando sua distribuição e ações de incidência, além da publicação deste Guia digital que, de alguma forma, aponta os caminhos percorridos pelas organizações que criaram a primeira edição das Agendas com dicas da própria Casa.

Sem mais delongas, façamos nossa apresentação e vamos aproveitar para contar um pouco mais sobre o GTSCA2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que inspiraram a criação da *Agenda Rio 2030* e das Agendas Locais.



A CASA FLUMINENSE

A Casa Fluminense foi criada em 2013 e é formada por pessoas e organizações engajadas na construção coletiva de políticas e ações públicas para a metrópole do Rio. Tendo como um de seus fundamentos a articulação em rede, buscamos incidir no debate público e potencializar lideranças sociais territoriais oriundas de periferia. Para isso, nos dedicamos à produção de uma agenda comum por uma metrópole inclusiva, sustentável e antirracista, que respeite a diversidade de gênero e de sexualidade e a diversidade religiosa, sendo então produtora de conhecimento e inovação em parceria com sua rede de apoiadores e associados.

Para o alinhamento ao debate global, junto ao Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o Instituto Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Observatório Metropolitano dos ODS (MetrODS), a Casa Fluminense é ponto focal do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030), para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11, de Cidades e Comunidades Sustentáveis, no Relatório Luz brasileiro.

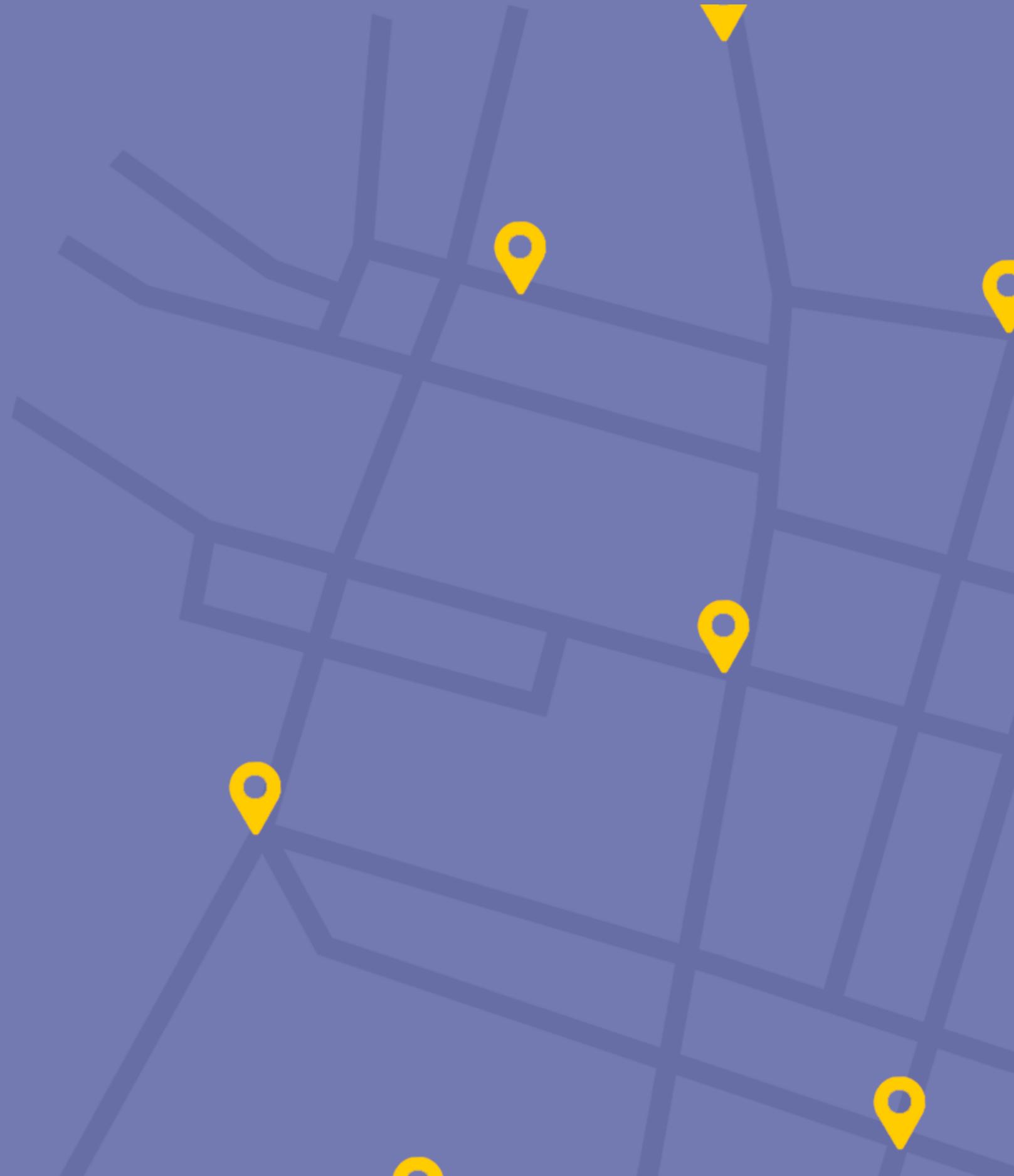
Entre as ações que nos fazem chegar até aqui, está a pesquisa para a consolidação de boas práticas reunidas no **Caderno de Experiências em ODS (2017)**, documento que materializa o passo a passo para a metropolitização das metas urbanas do ODS 11.

Desde então, consolidamos nossa participação nas principais produções do Grupo seja sediando lançamentos do Relatório Luz, debates estaduais, dando aula no curso de *advocacy*, como jurados no Prêmio de Soluções Inovadoras, ou como articuladores na Frente Parlamentar entre tantas outras oportunidades e campanhas compartilhadas.

A Casa Fluminense também é responsável por publicações que discutem a mobilidade urbana, como o **De Olho no Transporte**, edições 1 e 2, o **livro Não Foi Em Vão** (2019), o **Mapa da Desigualdade** (2020), a **Agenda Rio 2030** (várias edições, consulte nosso site), o **Almanaque Agenda Rio** (2017) entre outras.

A partir dessas experiências de aprendizado e troca com outras organizações parceiras sejam elas internacionais, nacionais ou locais (de dentro das comunidades e bairros) que a Casa constrói seus saberes, ressignifica suas ideias e se coloca num local de apoiadora da construção de novas Agendas Locais, a partir do aprendizado inserido neste Guia. Quer saber mais? Vem com a gente!

2. METODOLOGIAS



É por meio do espaço, do território, das espacialidades e territorialidades que se “constrói um lugar próprio”. Onde acontecem os encontros também estão os embates e assim “a formação da identidade grupal/individual que também está no reconhecimento de si por outros” vai sendo construída, o território então está para além do espaço controlado pelo Estado-nação, “o território vem a ser espaço apropriado por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, ou seja, por grupos, etnias, religiões, nações, empresas, Estados etc.” (Raats, 2004).

Muitos moradores são invisibilizados no processo de formação do seu próprio território. Como o território é o espaço de construção de identidades, não faz sentido não permitir que homens, mulheres, jovens, crianças e idosos sejam os principais sujeitos do desenvolvimento de suas localidades.

É importante registrar que a própria metodologia de construção do Guia é digna de um detalhamento. A pesquisa que permitiu a construção deste instrumento se iniciou a partir de entrevistas com pessoas de referência de cada uma das Agendas Locais. Entrevistas realizadas com profundidade, que tiveram um roteiro semiestruturado e cuja sistematização gerou as bases para a compreensão dos processos metodológicos adotados por cada coletivo/território. O processo de construção do Guia durou cerca de 5 meses e contou fundamentalmente com o aporte das equipes de Pesquisa, Informação, Coordenação Geral, Executiva e de Comunicação.

A primeira pergunta que devemos fazer ao pensar na metodologia deste Guia é: **o que queremos com ele?** E a resposta pode ser variada, mas um dos seus objetivos principais é apoiar e ajudar cidadãs, cidadãos, grupos e coletivos a construírem a **Agenda Local** de seu território (município, bairro, território de moradia).



A experiência que vivenciamos nas Agendas Locais lançadas em 2020, nos mostrou que a presença de um pertencimento ao local de onde se fala e vive, com uma identificação e uma história afetiva, pode, muitas vezes, atuar como impulso motivador para a construção da agenda.

Falar de onde se mora, trabalha, estuda e onde se vive toda, ou parte de sua história, cria um elo com a construção da agenda. O que pode ajudar, diversas vezes, na identificação da presença ou ausência de políticas públicas e, consequentemente, no diagnóstico dos problemas e na construção de propostas para a sua superação.

Ao longo do período em que ressaltamos, os grupos e coletivos que participaram da primeira edição da Agenda Local 2030 tiveram um elemento-chave que mostrou-se estruturante e fundamental para a construção desse valioso instrumento: a escuta ativa. Por quê? Vamos lá, um bairro, município ou localidade tem múltiplos atores e atrizes, pluralidade de vozes, diferenças internas, e peculiaridades, e um único grupo, atriz, ator ou coletivo é capaz de traduzir essa diversidade e riqueza em uma agenda local sozinho.

Há locais, como por exemplo a Maré que fez a Carta de Saneamento da Maré, a equipe local em princípio não dispunha de

uma metodologia específica, mas que “por meio da pedagogia do encontro, da proposição, comunhão e construção coletiva foi elaborado um primeiro encontro de saneamento e também a construção da agenda” (Ruth Osório, Carta de Saneamento da Maré).

Há outros locais, como Santa Cruz por exemplo, que já tinham delineado uma ideia de metodologia e que tipo de abordagem seguir na construção desse instrumento. Em Japeri os atores e atrizes sociais usaram a sua *expertise* sobre os principais problemas enfrentados na região e, a partir da cooperação individual de cada grupo (educação, cultura, mobilidade e saúde, por exemplo), foram construídas propostas coletivas.

“Por meio da pedagogia do encontro, da proposição, comunhão e construção coletiva foi elaborado um primeiro encontro de saneamento e também a construção da agenda.”



Ruth Osório,
Carta de Saneamento da Maré

Cada local pode, com o que dispõe de recursos humanos e capacidade técnica, elaborar a melhor forma de identificar a presença ou ausência de políticas públicas, fazer o diagnóstico dos problemas locais e a proposição de mudanças. Um dado comum à maioria dos coletivos/grupos que participaram das Agendas Locais 2030 foi a constatação da ausência de bancos de dados acessíveis sobre as informações específicas de seus locais de moradia/território de pertencimento, o que elucidou a importância da Geração Cidadã de Dados. Queremos que este Guia ajude os cidadãos, cidadãs, coletivos, movimentos sociais, grupos e qualquer pessoa a se sentir capaz de construir uma Agenda Local 2030 para seu município, bairro ou localidade de moradia. **Vamos lá?**



PERTENCIMENTO/IDENTIFICAÇÃO LOCAL

Você sabe aquela sensação de amor, de carinho e de querer cuidar do local onde você mora? Pode ser a sua casa, o seu bairro, a sua comunidade ou o seu município. Esse tipo de sentimento de pertencimento, de querer cuidar e de se identificar com esse espaço, independe do tempo de moradia e esse pode ser o primeiro motivo para que você organize uma lista de mudanças que quer ver acontecer ali. Você pode morar naquele local há apenas alguns meses, ou ter passado a sua vida inteira lá, a sensação de pertencimento e o respeito por aquele local podem gerar transformações inimagináveis, certo?



“O amor, afeto e carinho pelo lugar, pelas pessoas do território e o forte sentimento de pertencimento e identidade com o território. Quem somos e que lugar estamos ocupando. Compreensão que o território é muito potente e muito rico.”

Gisele Castro,

Agenda Queimados 2030

É lógico que moradores e moradoras mais antigos podem conhecer a fundação daquele lugar melhor do que ninguém, sendo os verdadeiros guardiões e guardiãs da história local. Histórias que são transmitidas oralmente entre as famílias, os amigos e os diversos moradores daquele lugar tão especial. Os moradores e moradoras mais novos, muitas vezes se tornam especialistas em conhecer novos *points* de encontro, áreas de lazer e de diversão. A questão central é: todos podem e devem contribuir para a construção de uma Agenda Local 2030.

Ao discutir os espaços sociais e lugares vividos é permitido ao morador e à moradora a construção de reflexões que podem gerar mudanças positivas. Cada pessoa tem um olhar específico e só seu sobre o que ama e o que gostaria que fosse melhorado naquele bairro, comunidade ou município. Que tal encontrar aqueles que, assim como você, também possuem uma relação de afetividade com o território para uma troca de saberes? Isso, com certeza, enriquecerá a agenda.



As cinco agendas já construídas têm algo em comum: todas compartilham da vontade de querer devolver para os seus territórios suas aprendizagens dentro e fora dali, por isso a identificação local é tão importante e a participação das pessoas pertencentes é chave para que mudanças reais possam acontecer; afinal, quem melhor conhece o bairro, o município do que o próprio morador, não é mesmo? Olhar para seu território e reconhecê-lo como um espaço no mundo é se apropriar da história, do histórico de lutas e com isso nasce a identificação local. Tudo começa de algum lugar e se aprofundar na história do seu local pode permitir a identificação das potencialidades e daquilo que impede o seu crescimento e desenvolvimento.

IDENTIFICAÇÃO DA PRESENÇA OU DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Entendemos como políticas públicas as ações que são realizadas pelo Estado em determinadas áreas ou setores, sendo esta uma resposta às necessidades de um lugar. As políticas públicas de nada adiantariam sem a participação popular, isso porque o Estado sozinho não é capaz de identificar as principais demandas de um local, as ações e programas propostos pelas atrizes e atores sociais são, portanto, fundamentais para a transformação social local. Sendo assim, conhecer e identificar as principais vulnerabilidades locais é importantíssimo, com esse conhecimento é possível que sejam criadas ações para sua mitigação. É importante lembrar que, para se chegar ao resultado final esperado de uma política pública, é necessário seguir o que chamamos de Ciclo das Políticas Públicas.

CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS





Para entendermos um pouco mais, basta observarmos coisas básicas que estão ao nosso redor. Saca só: o saneamento básico, acesso à água potável, unidades de saúde, escolas, equipamentos de cultura e oferta de transporte público afetam a todos os moradores e moradoras, certo? Certíssimo, mas a oferta de serviços públicos e a infraestrutura local vão afetar diferentemente a cada um de nós.

Uma pessoa com dificuldades de mobilidade pode enfrentar maiores desafios ao tentar acessar uma unidade de saúde ou uma escola, por exemplo. Gestantes, idosos e pessoas com deficiência vivenciam obstáculos de forma diferente de pessoas sem problemas de mobilidade, principalmente se o local que precisam acessar fica distante de seu local de moradia. Logo, terão uma visão específica sobre as políticas públicas que melhor ou pior os atendem.

Jovens podem ser afetados pela violência com maior frequência que os idosos, que muitas vezes passam mais tempo dentro de casa. Quantas crianças e jovens já deixaram de assistir a aulas pela impossibilidade de chegarem até o equipamento escolar devido aos tiroteios em inúmeras regiões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A política de segurança pública afeta a todos os moradores e moradoras, mas os estudantes são os que mais sofrem ao perder dias de aula, bem como os usuários das unidades de saúde que não conseguem chegar aos equipamentos.

Se pensarmos bem, cada um de nós será afetado de forma maior ou menor pela ausência ou por deficiência nas políticas existentes, por isso, conhecê-las e compreender como elas afetam as principais questões do território, é um importante passo para a construção da agenda.

No processo de formulação de uma política pública para seu local é necessário definir objetivos, pensar nas principais demandas e na importância da definição das metas que se pretende alcançar. Como já mencionado, cada grupo tem uma demanda específica por isso a importância dos debates em grupo, do levantamento de dados e a definição das ações que serão adotadas, pular esses processos pode levar à não conclusão dessas metas.

“O processo todo me fez crescer muito por isso que eu gostaria que outras pessoas passassem por esse tipo de pesquisa de entender melhor a cidade, quanto isso impacta, o quanto a cidade às vezes pode ter ótimos projetos, né? Mas não vai conseguir executar aquilo. Pra mim o que fica é essa vontade que outras pessoas entendam esses processos que a gente teve contato, buscar entender o que é uma política pública, como é o processo até sua aprovação, enfim, construção.”

Jennifer Dias,
Agenda São Gonçalo 2030



DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS

Imagine o diagnóstico dos problemas como um jogo de detetive. Dê uma volta na sua rua, ou no seu bairro e observe tudo ao seu redor. Comece a notar o que lhe parece errado: falta de pavimentação, esgoto ao céu aberto, ruas mal iluminadas ou sem nenhuma iluminação, sinais de trânsito que não funcionam, unidades de saúde muito distantes, falta de vagas em creches... Aos poucos, trocando ideias com outras moradoras e moradores, que podem acessar ruas e áreas mais distantes, novos problemas poderão ser identificados.

Você e o grupo com quem dialoga podem fazer uma lista de todos os problemas e depois priorizar aqueles que merecem mais atenção e demandam uma ação mais urgente. Ou podem elencar um problema principal como foco de sua agenda, como foi feito pela Maré na Carta de Saneamento da Maré. Essa é uma decisão do coletivo, do grupo criado a partir da troca de saberes locais e possibilita aos moradores fazerem um retrato do cenário atual e caminhar, etapa por etapa, rumo à melhoria desses problemas.

Os dados também possuem um importante papel para diagnosticar os problemas. A agenda de Santa Cruz nasceu por uma compilação de dados feita pela Casa Fluminense em decorrência dos 450 anos do bairro. A apresentação com o retrato socioeconômico daquela área permitiu que os moradores traduzissem objetivamente aquilo que já percebiam no cotidiano.

“Esse retrato me impactou muito porque embora a gente perceba as vulnerabilidades, as dificuldades, as mazelas, as desigualdades sociais em diversos campos na região, aqueles dados naquele momento sobretudo que era pra ser um momento de comemoração eles traduziram objetivamente o que a gente já percebe no cotidiano e subjetivamente. Eles causam com isso muito impacto como se você estivesse vendo ali realmente se revelando um retrato daquilo que já se enxerga no cotidiano, mas em outro lugar que é um lugar mais objetivo com percentuais.”

Pablo Ramoz,
Plano Santa Cruz 2030



A falta de dados é o principal desafio no momento do diagnóstico dos problemas de uma determinada região, a qualidade dos dados também tem grande importância pois eles impactam diretamente a vida de milhares de pessoas. A falta de dados é um ponto importante e algo em comum para as cinco Agendas Locais, sua ausência pode atrasar os processos e não permite que os territórios se apropriem dos seus problemas para então resolvê-los. A Agenda Local pode ser o primeiro passo para que se comece a pensar na importância da obtenção de dados seguros para que estes sejam aliados das transformações sociais.

“Precisamos fazer coleta de dados para fazer qualquer coisa nesse sentido porque o que valeu nesse processo foi a expertise de uma pessoa ou de grupo. Se tivéssemos uma base de dados no município que fosse confiável, a gente poderia traçar um diálogo melhor pra construção da agenda. Eu acho que faltou isso, a principal lição está aí. Os dados vieram de quem tinha mais experiência.”

Esdras Silva,
Agenda Japeri 2030



ESCUA ATIVA

Quando optamos por construir uma Agenda Local, é importante lembrar que cada um de nós, que habitamos e construímos laços de pertencimento e afetividade com um determinado local, temos algo a contribuir no desenho da agenda.

Na *Agenda Local 2030* de Santa Cruz, vimos o quanto importante foi ter a participação de grupos diversos, incluindo não somente a diversidade de pessoas, quanto a diversidade dos territórios circunvizinhos.



“As rodas de conversa organizadas por diversos grupos difundiram aqueles dados fazendo reflexões sempre na perspectiva de apontar caminhos com olhar crítico e também construtivista mostrando o papel de todos os atores e atrizes indireta ou diretamente” (Pablo Ramoz, Plano Santa Cruz 2030).

A escuta ativa permite que o conhecimento flua, ideias amadureçam e que a agenda retrate da forma mais fiel possível os anseios e desafios enfrentados pelos moradores e moradoras. Para que a agenda funcione como um instrumento de incidência de políticas públicas, ela deve ser abrangente e contemplar diferentes olhares.

A compilação de dados nasce dessa escuta. Queimados, por exemplo, é um território muito amplo e muito diverso e isso exige dos atores e atrizes sociais desse território uma ação organizada, inteligente e segura pensando no atual cenário da Covid-19. Para que consigam chegar ao maior número de pessoas possível, a escuta ativa foi extremamente importante, a partir dela núcleos são estabelecidos e ações como entregas de cestas básicas acontecem concomitantemente com a coleta de dados socioeconômicos.

MAPEAMENTO/FORMAÇÃO/ATIVAÇÃO DA REDE

A partir de cada uma das etapas descritas anteriormente, o desejo de construir uma Agenda Local unirá diferentes pessoas, grupos e coletivos em uma rede. Ela atuará em todas as etapas descritas e será responsável pela escrita e materialização dos saberes apreendidos no processo de escuta ativa.

Pode ser que essa rede já exista, como no caso da Agenda de Queimados, mas pode ser que essa rede emergja do processo de leitura e utilização deste Guia.

A partir do que compartilhamos com cada um de vocês, o mapeamento das organizações locais existentes, coletivos e grupos locais será um diferencial e fundamental na tão falada troca de saberes. Neste mapeamento, busque levantar todos que trabalham no e com o território, sendo estes de locais centrais ou periféricos.

A partir do mapeamento, os grupos, coletivos e movimentos mapeados podem desejar se unir a

esse rico processo de criação da agenda, a partir dessa união: temos a “ativação de uma rede local”.

O Ressuscita São Gonçalo, por exemplo, é ativado a partir de jovens moradores locais que se propõem a devolver para seu território, de maneira estratégica, todo o conhecimento adquirido dentro ou fora dali. O mapeamento a partir de estatísticas, e o uso do conhecimento de profissionais de diversas áreas possibilitou a construção de uma escuta ativa da população. Todo esse processo também fez com que esses jovens atores e atrizes sociais amadurecessem e, a partir de uma autocrítica responsável, é possível que sejam feitos rearranjos, o que traz novas perspectivas sobre suas construções e os caminhos a seguir. O que é importantíssimo para o fortalecimento do grupo.



GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS

Um aprendizado comum com as Agendas Locais 2030 produzidas em 2020 foi a constatação da falta de bases de dados com informações sobre os bairros, comunidades, municípios ou localidades. Isso impulsionou a Geração Cidadã de Dados. Você sabe o que é Geração Cidadã de Dados?

A Geração Cidadã de Dados é um conceito em construção que trata basicamente da ação de levantar e apurar dados a partir dos contextos e perspectivas de pessoas que sejam diretamente atravessadas pelas questões pesquisadas. Em algumas áreas do Rio de Janeiro, como a Rocinha e o Jacarezinho, temos organizações locais mapeando a quantidade de moradores, a situação socioeconômica de seus moradores e as maiores vulnerabilidades locais. No Jacarezinho cabe citar o LabJaca e na Maré, o Data_Labe e Cocosap, por exemplo, organizações sociais desenvolvidas para a geração de dados e monitoramento de políticas públicas.

A Casa Fluminense também utiliza a metodologia de Geração Cidadã de Dados, como foi feito na elaboração do *Mapa da Desigualdade (2020)*. Apesar de ter acesso a diversas bases de dados, a Casa Fluminense identificou algumas discrepâncias e variações entre estas, fazendo com que o processo de checagem de dados se tornasse um exercício árduo durante a pesquisa. E, como é sabido, dependendo do bairro, da comunidade ou da localidade os dados podem simplesmente não existir ou estar bastante defasados. Basta lembrar que o último Censo do IBGE faz 11 anos este ano.



Logo, nesse cenário em que você pode se deparar com a falta ou a lacuna de informações é que a geração de dados se torna uma ferramenta fundamental. A coleta de dados pode vir de pesquisas de iniciativas locais, a criação de indicadores por movimentos ou coletivos que atuam em diferentes áreas do território, ou até mesmo da contação de histórias, transmitida oralmente pelos guardiões e guardiãs da história local. A meta é conseguir reunir o maior número de dados quantitativos e qualitativos sobre a situação do local representado na Agenda, de forma que a leitura desses dados seja acessível, e possa ser feita tanto por especialistas como para não especialistas.



ATIVAÇÃO

“É um desafio imenso lidar com redes, rupturas, elos, manter a rede esclarecida e unida para a geração de um processo de escuta, tudo muda. A saúde, o emprego e a renda, por exemplo, hoje estão como prioritários diante da pandemia, foi um aprendizado tão mútuo, a necessidade de se conectar mais com o território sem dispersões, pensar na escuta como central, olhar, ver e enxergar” (Pablo Ramoz, Plano Santa Cruz 2030).

O que seria a “ativação” de uma rede? Lembra que falamos em desenvolver uma escuta ativa com uma pluralidade de pessoas, com diferentes vivências, olhares, saberes e relações afetivas e históricas com o espaço de que se fala na Agenda Local? Uma vez em contato com essa pluralidade de pessoas, grupos, movimentos e coletivos, pode-se imaginar a construção de uma rede de troca de saberes, uma rede capaz de construir a agenda e fazê-la ser mais

do que um papel, e sim uma ferramenta de transformação social e planejamento de políticas públicas.

A primeira etapa para a construção e ativação de uma rede é o mapeamento de atores e atrizes estratégicas. Mas quem são os atores e atrizes estratégicas de um bairro, uma comunidade ou um município? São as pessoas que estão ativamente produzindo ações para melhoria do território, como organizações sociais locais, os artistas locais do rap, hip-hop ou da dança, são os grupos que se reúnem para andar de skate ou pedalar, são a velha-guarda de uma escola de samba local, são os professores das escolas do território, os agentes comunitários de saúde, os políticos locais, ou seja, toda e qualquer pessoa que manifeste preocupação e tenha algo a contribuir no diagnóstico dos problemas e na proposição de soluções pode se tornar um integrante dessa rede que vai escrever a Agenda Local.





COMO ATIVAR UMA REDE?

A ativação dessa rede perpassa toda a construção da Agenda Local. Desde a primeira pessoa ou grupo que se une com esse objetivo comum, uma rede já está sendo ativada/construída. A ativação demanda alguns esforços, tais como: montar um cronograma de reuniões para conversar sobre questões temáticas, como água, saneamento, educação, por exemplo, e construir oportunidades para que todos se sintam parte estruturante na construção de uma agenda com demandas coletivas. Ativar uma rede é apoiar essa rede de múltiplos atores para que eles se engajem e trabalhem em conjunto na construção de propostas e na luta para que essas propostas se materializem em mudanças e qualidade de vida para todos.



E O QUE É INCIDÊNCIA?

A incidência por definição é afetar ou produzir efeitos sobre. E é exatamente o que se pretende ao se construir uma agenda local, certo? Vamos lembrar que toda Agenda Local tem como meta central ser um instrumento de política pública, ou seja, se propõe a debater os problemas locais, a ausência de políticas sociais, de infraestrutura e serviços urbanos, e propor mudanças; dessa forma se transformando em uma ferramenta de incidência capaz de abrir diálogos com atores estratégicos do poder público, para encaminhar as demandas trazidas, para produzir controle social (participação em conselhos de defesa dos direitos individuais e coletivos) e permitir que todas as pessoas se sintam parte da mudança e transformação local com a progressiva redução de desigualdades sociais e territoriais.

E aí, o que ainda falta para ativar sua rede? A seguir apresentamos uma proposta de ordenamento da metodologia/esquema-síntese para auxiliar na construção da *Agenda Local 2030*. Nós acreditamos que esses são os principais pontos para construção e estruturação da sua Agenda Local. É interessante pensar que não existe um ordenamento cronológico obrigatório, use esses pontos como um guia levando em consideração a realidade de seu território:

[] PERTENCIMENTO/IDENTIFICAÇÃO LOCAL

[] MAPEAMENTO/FORMAÇÃO/ ATIVAÇÃO DA REDE

[] ESCUTA ATIVA

[] DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS

[] IDENTIFICAÇÃO DA PRESENÇA OU DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS



3. INSPIRAÇÕES: COMO E ONDE CHEGAMOS



INSPIRAÇÕES: COMO E ONDE CHEGAMOS

Consideram-se inspirações (ou boas práticas) a leitura da Casa Fluminense a partir das conquistas das organizações e coletivos inseridos na construção das Agendas Locais (2020). Vale destacar que essa leitura não parte de um juízo de valor ou qualificação, e sim de entender avanços alcançados por esses grupos na construção e incidência atingidas, a partir das propostas desenvolvidas por cada agenda local. Veja alguns exemplos inspiradores:

3. INSPIRAÇÕES: COMO E ONDE CHEGAMOS

AGENDA JAPERI 2030

Curso de políticas públicas organizado pelo Mobiliza Japeri junto ao Fundo Casa Socioambiental e a Casa Fluminense, com participação do Fórum Popular Permanente de Japeri. Os alunos e alunas tiveram ainda a participação do Sindicato dos Professores (Sepe) e do grupo teatral (Código) na construção das propostas para a Agenda Japeri.

Rita Diva (homenagem), fundadora do Grupo Código, signatário da agenda local, foi nomeada secretária de Cultura, estava usando a Agenda Japeri e a Agenda Rio 2030 para compor o Plano Municipal de Cultura.

O plano de mobilidade também sairá com base na documentação e sistematização da publicação e a rede que defende um município mais humano e sustentável, junto à consultoria, à prefeitura e ao Legislativo, inclusive no conselho da cidade.



↓
**ACESSE A
AGENDA AQUI**

AGENDA QUEIMADOS 2030

Curso de Políticas Públicas e Militância Digital, produzido pela Ampara Queimados, com aulas na Golfinhos, participação da Pedala Queimados e da BXD_Qm2, fizeram a Lei de Iniciativa Popular pela campanha #QueimadosIntegrada virar um projeto de incidência junto ao Legislativo e assim nascer o grupo e o conteúdo da agenda.

Expertise na captação de dados socioeconômicos. Mapeamento estratégico de núcleos para a distribuição de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade acentuada pela pandemia. Projeto Desconstruir com o Curso de Minirreformas e Reparos Domésticos voltados para mulheres pretas, mães solo e população LGBTQIA+, público mapeado pela Golfinhos.

Criação do Conselho de Esporte (pressão direta da Golfinhos no Executivo, a partir da Agenda Queimados 2030).



**ACESSE A
AGENDA AQUI**



AGENDA SÃO GONÇALO 2030

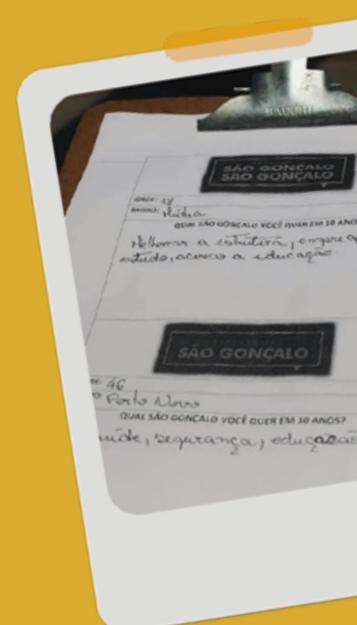
Construção pensada e gerida por jovens moradores, que tocam o Ressuscita São Gonçalo e realizaram pesquisa de opinião, junto de profissionais de estatística, para construção de indicadores socioeconômicos sobre o município, pela seleção de grupos populacionais para a pesquisa.

Conexão com especialistas de diversas áreas para validação dos eixos da *Agenda São Gonçalo*, com os grupos de trabalho para definição do texto final e o lançamento da publicação.

Chegada da agenda ao Legislativo municipal a partir de construção coletiva. Incidência para a inclusão do Plano de Metas na lei orgânica do município, em proposta da agenda, pode sair até o fim do mandato.



**ACESSE A
AGENDA AQUI**



CARTA DE SANEAMENTO DA MARÉ

Criação da plataforma CocoZap, orientada pelo ODS 6 e pela Geração Cidadã de Dados para monitoramento e informação sobre o saneamento no complexo de favelas da Maré. Data Labe, Redes da Maré e Casa Fluminense assinam juntas o projeto piloto.

Encontros de saneamento que traziam moradores e especialistas para falarem sobre os temas, ajudaram a produzir a agenda, atendendo a um problema social comum (saneamento básico) às 16 comunidades distintas e com suas especificidades.

Diversas organizações, acadêmicos, poderes públicos canalizando a capacidade de conectar diferentes coletivos e organizações existentes no território, mesmo os que não atuavam diretamente na pauta proposta. Entidades como as associações de moradores, a Comlurb e o Ministério Público Estadual para incidir a partir das propostas da Carta.



**ACESSE A
AGENDA AQUI**

PLANO SANTA CRUZ 2030

Debates, Fórum Rio, oficinas, curso em parceria da Casa Fluminense com a Ser Cidadão e o British Council, seguiu a perspectiva de formação na criação de um webinar mensal para aprofundamento da discussão dos eixos presentes no Plano Santa Cruz 2030 e o desenvolvimento sustentável da Zona Oeste do Rio.

Relação com empresas do território para impulsionar o investimento social privado a partir de editais de fomento às organizações locais inclusive com *pitching* com as organizações para patrocinar projetos da rede.

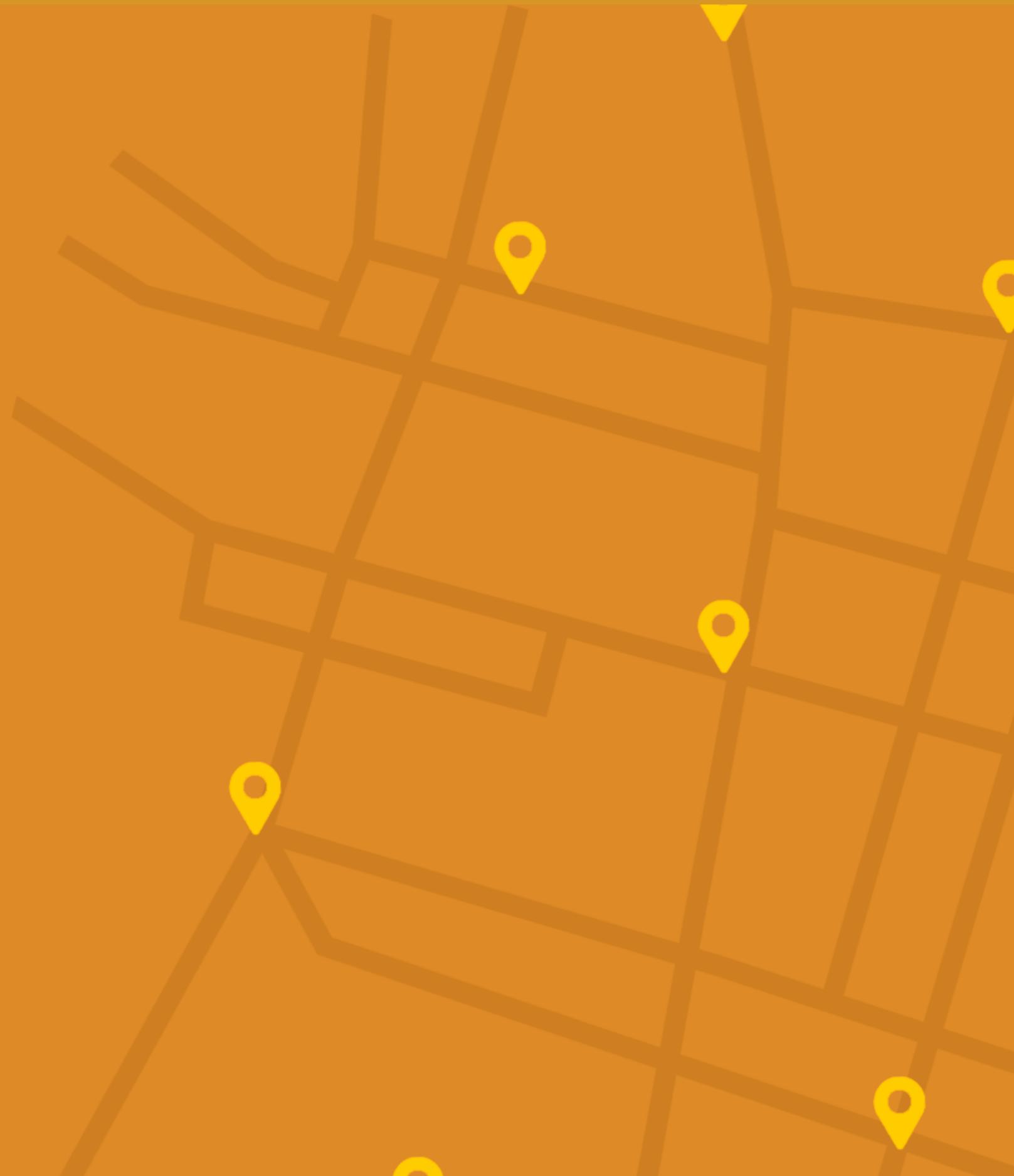
Formalização do grupo que organizou e construiu a agenda, a Rede Santa Cruz 2030, por meio da fundação do Instituto Santa Cruz Sustentável.



**ACESSE A
AGENDA AQUI**



4. HORIZONTES: PARA ONDE VAMOS?





Uma Agenda Local constrói-se a partir de constante investigação territorial, uma vez que baseia-se, principalmente, no conhecimento, na análise e na proposição de políticas públicas que afetam um dado local, comunidade, bairro ou município.

Em um contexto social em que muitas ações estatais e o pensamento econômico mundial minimizam e/ou relativizam a garantia de direitos fundamentais, a Agenda Local reveste-se de sentido e sua proposição em cada território configura-se como uma simbólica ação política.

Mobilizar pessoas em prol da luta por seus direitos, demonstra avançado indício de cidadania participativa. Entretanto, cada território, devido às mais diversas questões, pode estar em momentos diferentes, padronizá-los é impossível. Mas suas singularidades têm muito a ensinar.

Logo, a diversidade de cada local e grupo possibilita uma construção mais rica pois compreende-se que um mesmo problema pode estar sendo enfrentado de maneiras distintas de território para outro, por isso a importância da construção e o fortalecimento de uma rede para trocas de saberes.

Este instrumento, uma vez concluído, poderá ser usado para a realização de reuniões com atores estratégicos do Poder Legislativo, do Ministério Público, com atores do Executivo e localmente para mobilizar os moradores a exercerem controle social.

A ideia é que a Casa Fluminense seja uma apoiadora da construção das Agendas Locais, que farão parte de uma coleção de agendas que se iniciou em 2020, fortalecendo a construção de uma rede territorializada de parcerias no monitoramento e defesa de políticas públicas para a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Uma rede territorializada estimula reflexões e cria possibilidades de mapeamento e desenvolvimento não só no eixo local, como também no eixo regional, se pensarmos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pensando nisso, uma ferramenta que também pode ser utilizada nesse processo é a cartografia social.

Segundo Costa (2016), “A cartografia social atualmente é vista como uma nova ferramenta utilizada no planejamento e na transformação social, sendo fundamentada na investigação-ação-participativa e desenvolvimento local. Os grupos sociais são os autores dos mapas, todo o processo de representação e construção de conhecimentos territoriais é feito em coletividade”.

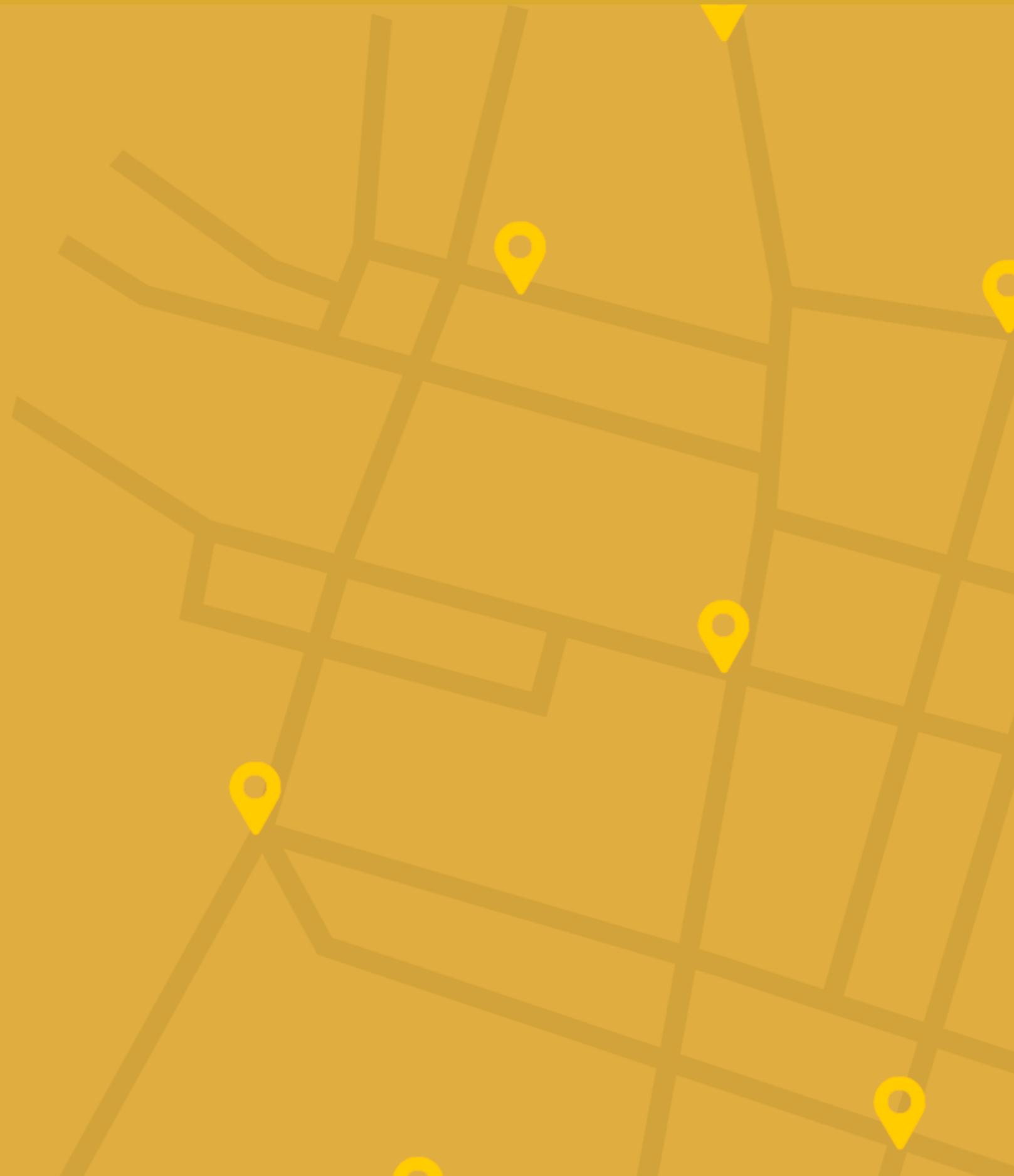
Os mapas são construídos de forma coletiva permitindo que o morador traduza numa linguagem simples seu olhar sobre o território que ele ocupa cotidianamente. Os mapas sociais, junto às informações técnicas, podem ser uma fonte criativa e direta da Geração Cidadã de Dados.

Para exemplificar, a Casa Fluminense possui o mapa da participação, uma representação cartográfica expressa no Google Maps de todas as suas organizações parceiras distribuídas pela região metropolitana. Essas organizações podem ser acessadas para ações rápidas e pontuais por território, ao mesmo tempo em que demonstram o alcance e capilaridade da rede para ações conjuntas no monitoramento das políticas públicas.

Caso queira saber quais organizações estão atuando no seu território para estabelecer novas conexões, **clique aqui**.



5. ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA



5. ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA

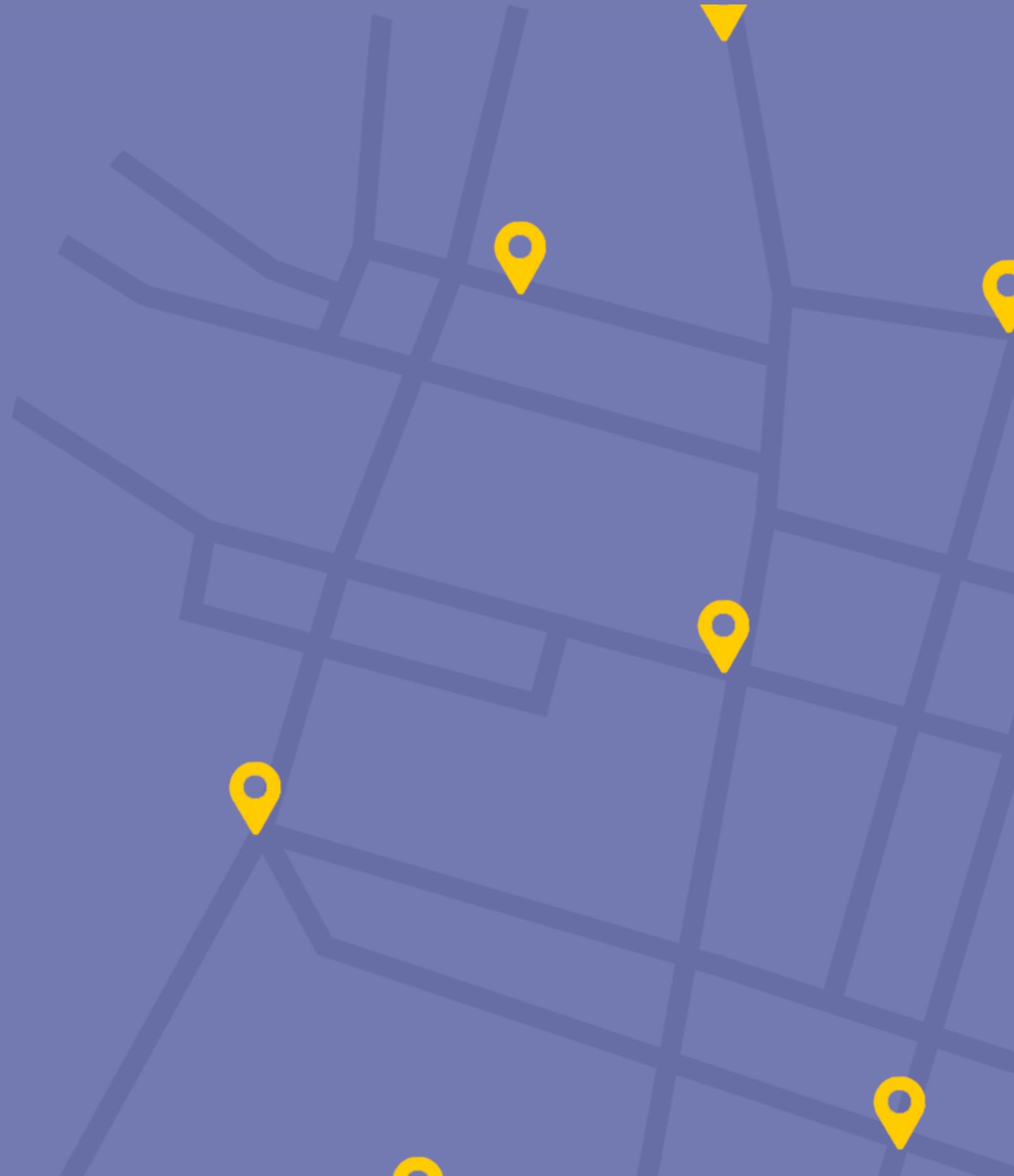
A Casa Fluminense acredita que a institucionalização e estruturação formal dos movimentos e coletivos que se interessarem em construir uma Agenda Local pode ser benéfico. Mas, atenção, isso não é uma regra.

Vamos explicar um pouco melhor. Veja bem, organizações legalmente institucionalizadas podem pleitear recursos, se inscrever em editais e emitir notas fiscais. Ou seja, a organização se torna mais interessante para captação de recursos que vão ajudar no desenvolvimento de projetos locais e ações sociais e educativas e terá também mais transparência na sua prestação de contas, mostrando sua idoneidade e transmitindo confiança para captação de recursos nacionais e internacionais.

A Casa também estimula a quem se interessar, que se inscreva no **Curso de Políticas Públicas** oferecido pela instituição. O curso visa formar atores e atrizes sociais para que estes compreendam o funcionamento das políticas públicas em diferentes eixos estratégicos. A Casa Fluminense também detém um **fundo de recursos (Fundo Casa Fluminense)** que pode ser pleiteado para o desenvolvimento de projetos aprovados. Se interessou? Entre no nosso site e pesquise sobre essas duas importantes ações da Casa Fluminense.



6. RECOMENDAÇÕES (SÍNTESE)



1) Levantamento de dados que trazem diagnóstico do acesso daquela população a determinados direitos sociais e respaldam a defesa de políticas públicas naquela área. Você pode consultar bases de dados oficiais como o Censo e a Pnad Contínua e Informações sobre Loteamentos e Favelas do Instituto Pereira Passos (Sabren), por exemplo.

2) Pesquisa e mapeamentos de estudos, artigos, matérias jornalísticas, planos municipais ou até outras produções de conteúdos que já tenham identificado demandas locais e apontado propostas de ação. Como por exemplo: *Mapa da Desigualdade (2020)* e *Cadernos ODS (2017)* publicações da Casa Fluminense que discutem problemas e desafios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

3) Realização de encontros de escuta plural que contemplem diferentes grupos populacionais e territoriais para a elaboração coletiva com moradores e moradoras e parceiros(as) no formato de oficinas para colheita de propostas e prioridades pensando os desafios locais identificados.

4) Se o encontro anterior não for possível, uma boa alternativa é a realização de pesquisa em praça ou região com movimentação a partir de um roteiro de perguntas voltado para os moradores da região e que vai buscar captar prioridades temáticas.

5) Difusão nas redes sociais de um formulário de consulta *online*, ou consulta via grupos de WhatsApp ou telefone, com uma sistematização preliminar de propostas para ampliar mais a participação, para além da dinâmica presencial.

6) Sistematização final da Agenda Local com base nos conteúdos coletados.

7) Apresentação da primeira versão da Agenda Local para validação coletiva com quem participou dos encontros e processo de construção, buscando receber as últimas contribuições.

8) Lançamento da Agenda Local!

A Casa Fluminense gostaria muito de ser parceira e de apoiar você durante o processo de construção, dando algumas dicas sobre fontes de dados e fazendo intercâmbio entre as novas Agendas Locais e os grupos que trabalharam na primeira construção em 2020, logo, nos colocamos à disposição para auxiliá-lo(a) dentro de nossas capacidades a divulgar o lançamento da agenda e a impulsionar sua difusão em nossas redes sociais. **O que você acha? Você(s) gostaria(m) de formar parceria(as) local(is) da Casa Fluminense?**

FICHA TÉCNICA

PUBLICAÇÃO

Associação Casa Fluminense

APOIO

GT Agenda 2030

COORDENAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Claudia Cruz

Vitor Mihessen

PESQUISADORES

Bruna Tainá Rodrigues

Hugo Satiro

EDIÇÃO

Henrique Silveira

Larissa Amorim

REVISÃO

Mariflor Rocha

IDENTIDADE VISUAL/ PROJETO GRÁFICO

Taynara Cabral

AGRADECIMENTOS

Agenda Japeri 2030

Agenda Queimados 2030

Agenda São Gonçalo 2030

Carta de Saneamento da Maré

Plano Santa Cruz 2030

ENTREVISTAS:

Esdras Silva

Gisele Castro

Jennifer Dias

Pablo Ramoz

Ruth Osório

CASA FLUMINENSE

COORD. GERAL

Henrique Silveira

COORD. EXECUTIVA

Vitor Mihessen

COORD. DE OPERAÇÕES

Taty Maria

Larissa Cunha

COORD. DE INFORMAÇÃO

Claudia Cruz

Lucas Martins

COORD. DE MOBILIZAÇÃO

Fabbi Silva

Jennifer Dias

Lennon Medeiros

COORD. DE COMUNICAÇÃO

Larissa Amorim

Luize Sampaio

Taynara Cabral

BIBLIOGRAFIA

COSTA, N. O. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), 2016. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/3820/0>>. Acesso em: 10 maio 2021.

RATTS, A. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Espaço e cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. 2004, p. 77-79.

REALIZAÇÃO



APOIO

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030



Financiado pela União Europeia